



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2020
(Do Sr. IVAN VALENTE)

Requer ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República informações sobre a inclusão do Parque Nacional de Brasília e Parque Nacional de São Joaquim no Programa Nacional de Desestatização.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor **MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA** pedido de informações sobre a desestatização do “Parque Nacional de Brasília” e do “Parque Nacional de São Joaquim”:

01) Cópia integral do processo com os estudos e pareceres produzidos por esta pasta que embasaram a edição do Decreto nº 10.447, de 10 de agosto de 2020, incluindo o cronograma para concessão e as estimativas de impacto orçamentário, financeiro, social e ambiental produzidas por esta pasta e recebidos de outras pastas.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a edição do Decreto nº 10.447, de 7 de agosto de 2020, publicado do DOU de 10 de agosto de 2020, que inclui os “Parque Nacional de Brasília” e do “Parque Nacional de São Joaquim” no Programa Nacional de Desestatização, é imprescindível que a sociedade tenha pleno conhecimento de como transcorreu o processo que antecedeu a edição do referido Decreto.

Conforme descreve o próprio Ministério do Meio Ambiente: “*Unidades de conservação (UCs), são espaços territoriais e seus componentes, abrangem as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas*”



pelo poder público, com objetivos de preservação/conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

As Unidades de Conservação são espaços fundamentais para a preservação do Meio Ambiente e determinantes para a comunidade local. Sua deterioração coloca em risco o abastecimento de água, o acesso ao lazer e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Os mais afetados são aqueles que residem nas proximidades das Unidades de Conservação afetadas, daí a grande preocupação que eventual desestatização do Parque Nacional de Brasília e do Parque Nacional de São Joaquim vêm causando nos moradores do Distrito Federal e de Santa Catarina.

A possibilidade de que o acesso a essas unidades seja elitizado e aumente ainda mais a exclusão social nessas Unidades da Federação é um risco concreto com o processo de desestatização. Além disso, a submissão das riquezas dessas Unidades de Conservação a uma exploração econômica absolutamente focada no lucro, coloca em risco a fauna e a flora presente nessas áreas preservadas.

O Decreto mencionado representa grande risco econômico, social e ambiental. Exatamente por isso, é imprescindível que a sociedade tenha pleno conhecimento dos estudos e pareceres que orientaram o Governo a editar o Decreto mencionado.

São essas as razões que nos levam a formular o presente requerimento.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2020.

IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP

